

EM DEFESA DO INDÍDUO NOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

João Baptista Ferreira de MELLO

NeghaRIO – Núcleo de Estudos sobre Geografia Humanística, Artes e Cidade do
Rio de Janeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524 sala 4118 F

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

neghario@uol.com.br

O presente texto defende um tópico de difícil aceitação fora dos círculos humanísticos e de seus simpatizantes: o universo de um indivíduo como elemento temático para a compreensão da alma dos lugares ou construção de conceitos como espaço e lugar. Na realidade, muito embora o saber geográfico, nos últimos decênios, tenha sido sacudido por querelas intensas e assistido ao surgimento ou renovação de diversas correntes, perpetua-se uma aversão arrogante com respeito a qualquer tentativa de se desbravar geografias existenciais, fruto, neste século, da exaltação do “pensamento objetivo”, no qual ignora-se ou rejeita-se a relevância do “sujeito do conhecimento”, como escreveu Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (1988, p. 127). “E preciso”, todavia, sublinha Maifesoli (1997, p. 24), “saber ser teimoso, perseverar, andar, caso necessário, na contramão, pois as histórias humanas nos ensinam” e nos permitem “compreender o que as teorias estabelecidas percebem com dificuldade”.

A presente pesquisa, diante de um contexto de resistências e objetivando abrir trincheiras para o seu desenvolvimento, apresenta em seus primeiros passos, de maneira tangencial, a origem e a evolução dos estudos de caso nas ciências sociais e na geografia. Em seguida o texto alega como uma personagem ilustre pode ser “objeto” assimilável em pesquisas acadêmicas. Seus argumentos indicam ainda como ocorreu a expulsão do indivíduo e as diversas propostas e esforços com vistas ao retomo do sujeito do conhecimento nos estudos científicos. No encerramento há algumas referências a propósito do indivíduo-e-seus-lugares como foco de análise no horizonte humanístico em geografia.

Consideremos inicialmente o chamado estudo de caso. Este procede de uma tradição de pesquisa nas áreas médica e psicológica, nas quais a análise detalhada de um caso individual explica a dinâmica e a patologia de determinada doença. O método permite “adquirir conhecimento do fenômeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso”. (Becker, 1993, p. 117). Advindo da ciência médica, o “estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de análise das ciências sociais”, ainda que, como ressaltado por Becker — e de interesse para a presente pesquisa — o caso estudado em ciências humanas não seja tipicamente “o de um indivíduo, mas sim de uma organização ou comunidade”. (Becker, 1993, p. 117). Nesta seara proliferaram estudos tão diversamente amplos quanto hospitais mentais, fábricas, bairros urbanos, cidades industriais e, como listado pelo referido autor, as interligações entre bairros pobres, contravenção e política. Estudos de caso individuais, lembra Becker, são igualmente realizados, sobretudo sob a forma de história de vida, enfoque de pesquisa de mensagens vivas e vibrantes, na qual o cientista imerso naquela realidade procura entender a vida de relações e, em muitas oportunidades, investindo tempo e esforço “necessários para obter documentos de história de vida” (Becker, 1993, 115), recorre à entrevistas para recolher material comumente de rara sensibilidade, ritmo e dramaticidade.

No que concerne ao saber geográfico a prerrogativa de estudos de caso tem sido vastamente cuftuada. Isto tem sido evidenciado, por exemplo, em diversas dissertações de mestrado, permitindo, assim, desvendar, compreender e refletir sobre os movimentos e as obras dos homens esculpidas na paisagem. Nestas circunstâncias, convém, então, indagar: a sucessão de estudos de caso registrada em obras geográficas pode ser convertida em álibi para tornar o indivíduo “objeto” de pesquisa? Não, responderiam aqueles contrários ou hesitantes quanto à presença do sujeito do conhecimento como motivo de análise geográfica. Neste sentido, uma outra pergunta pode aflorar: estaria absolutamente descartada a proposta de um estudo ancorado sobre a geografia de uma personalidade notória? A resposta é, processos distintos, igualmente, negativa. Personagens de renome, como o Barão Haussmann e o Prefeito Pereira Passos, entre outros, continuam na ordem do dia sendo “objetos” de teses, abordagens científicas e livros, em razão de suas iniciativas em transformar Paris ou o Rio de Janeiro em cidades higiênicas, — modernas e esteticamente belas. Personalidades de destaque, trazendo obras em

seus rastros, são facilmente defensáveis como “objetos” de estudos. Da mesma forma um arquiteto como Oscar Niemeyer, gênio do traço e do concreto, cuja assinatura está cunhada em casas, museus, catedrais e até cidades. Estamos falando de um homem e suas obras. De como a sociedade organiza o espaço. Neste ponto, não há novidade, a execução do projeto se justificaria plenamente.

Consideremos, a seguir, um membro da hierarquia da igreja católica: madre Tereza de Calcutá. Seu trabalho em prol dos desvalidos lhe valeu diversos prêmios conferidos em todos os continentes, incluindo a honraria do Prêmio Nobel da Paz, de 1979, contribuindo para aumentar sua fama e, em decorrência, angariar fundos e donativos para os seus pobres. Quando morreu, em 1987, deixou como herança uma rede de capelas, hospitais, orfanatos e casas de recolhimento espalhados por diversos países do Planeta. Estamos, mais uma vez, “batendo na mesma tecla”, a da materialidade, agora expressa em uma rede, questão esta de interesse dos geógrafos. Uma pesquisa geográfica envolvendo o mundo de Madre Tereza de Calcutá poderia ser naturalmente assimilável abordando as obras imprimidas por sua ordem religiosa e as rotas estabelecidas por esta “santa do século XX”. Como visto, o sujeito pode ser “objeto” de estudo desde que suas obras estejam inscritas na paisagem ou, como registrado por Plekhanov (1980, p. 110), seja um iniciador capaz de “servir às grandes necessidades sociais de sua época”, impulsionando “os aperfeiçoamentos técnicos, as descobertas e as invenções”. (1980, p. 99). Ainda assim, o autor ressalta que, discorrer “sobre o papel das grandes personalidades da História” conduz a uma “certa ilusão ótica” apresentada de forma extremamente exagerada, como se o curso dos acontecimentos dependesse excepcionalmente da existência e influência deste indivíduo. (1980, p. 103). O referido teórico refutando os estudos que se pautam em trajetórias individuais, acentua que “os subjetivistas nunca souberam não só resolver, mas, ao menos colocar com acerto a questão do papel do indivíduo na história”. (Plekhanov, 1980, p. 83). Em compensação, há algum tempo, “as fronteiras entre as disciplinas” estão sendo “frequentemente atravessadas; estudiosos de diversos campos” posicionam-se “frente a uma tarefa comum: colocar nossas maneiras de ser no mundo” (Buttimer, 1985, p. 166) na pauta das pesquisas acadêmicas. “Desafiando muitas das premissas e dos procedimentos da ciência positivista”, pensadores de diferentes aportes do pensamento “expuseram uma crítica radical ao reducionismo da racionalidade e da

separação de “sujeitos” e “objetos”. Neste contexto, mais firmemente se colocaram os fenomenologistas, porta-vozes do esforço em reconciliar “coração e mente, conhecimento e ação, em nossos mundos diários” (Buttimer, 1985, p. 167). Em meio à estranha recusa da ciência em ler e ouvir a mensagem dos poetas e filósofos, o geógrafo humanístico, afinado com as vozes do cientista e do filósofo, não pode ignorar qualquer elemento “que possa lançar luz nas complexidades do relacionamento do homem com a terra”, (Buttimer, 1985, p. 166) a despeito das dificuldades e deficiências de idéias e linguagem para “descrever e explanar a experiência humana do espaço, da natureza e do tempo” (Buttimer, 1985, p. 166). Contudo, os filósofos e, nesta trilha, os geógrafos humanísticos não estão sozinhos. As linhas seguintes se encarregam de mostrar um pouco do espírito de luta de cientistas de correntes diversas e filósofos com respeito à expulsão e tentativas de reingresso o indivíduo nas pesquisas científicas. Sabemos da rejeição, no que diz respeito ao acolhimento do indivíduo como causa primaz de investigações científicas, em decorrência do dogmatismo assumido pelas ciências modernas consagrando “o homem enquanto sujeito epistêmico mas” expulsando-o, “tal como a Deus, enquanto sujeito empírico”, como exposto por Boaventura de Souza Santos em sua “Oração da Sapiência” proferida na abertura solene das aulas na Universidade de Coimbra em 1985. Tal postura, verbaliza o pensador, plena de “conhecimento objetivo, fatural e rigoroso”, não admitiria “a interferência dos valores humanos ou religiosos” (Santos, 1987, pp. 4-5).

Na segmentação do saber, ciências diversas como a geografia, a antropologia, a sociologia, a psicologia, o direito, entre outras, possuem “um objeto comum, a sociedade”. (Corrêa, 1986, p. 52). Mesmo assim, a dificuldade, a arrogância e a intolerância em se trabalhar com o indivíduo sucederam-se no bojo de disciplinas tidas como eminentemente voltadas para a cultura e os fenômenos sociais. “Na antropologia, a distância empírica entre o sujeito e o objeto era enorme”. O sujeito — recorda Santos — *“era o antropólogo, o europeu civilizado, o objeto era o povo primitivo ou selvagem. Neste caso, a distinção sujeito/objeto aceitou ou mesmo exigiu que a distância fosse relativamente encurtada através do uso de metodologias que obrigavam a uma maior intimidade com o objeto, ou seja, o trabalho de campo etnográfico, a observação participante.. Na sociologia, ao contrário, era pequena ou mesmo nula a distância empírica entre o sujeito e o*

objeto: eram cientistas europeus a estudar os seus concidadãos “. Neste contexto, “a distinção epistemológica obrigou” a que este afastamento fosse ampliado através do uso de “*metodologias de distanciamento: por exemplo o inquérito sociológico, a análise documental e a entrevista estruturada* “. (Santos, 1997, p. 50).

A queda da ditadura metodológica e a redução das distâncias entre o pesquisador e o sujeito-objeto ocorreram em razão da “descolonização do pós-guerra e a guerra do Vietnam”. A propósito são ainda de Boaventura Souza Santos as idéias assentadas em seguida: “*De repente, os selvagens foram vistos dentro de nós, nas nossas sociedades, e a sociologia passou a utilizar com mais intensidade métodos anteriormente quase monopolizados pela antropologia (a observação participante), ao mesmo tempo E que nesta última os objetos passavam a ser concidadãos, membros de pleno direito da Organização das Nações Unidas, e tinham de ser estudados segundo métodos sociológicos. As vibrações destes movimentos na distinção sujeito/objeto nas ciências sociais vieram a explodir no período pós-estruturalista* “. (Santos, 1997, p. 51).

Ao expor outras razões para a expulsão do indivíduo dos estudos acadêmicos Boaventura Souza Santos lembra que a concepção científica “afere-se pelo rigor das medições”, por conseguinte, “o que não é quantificável é cientificamente irrelevante”. Neste contexto, “conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou” (1997, p. 15). Nestes termos, o conhecimento ganha em rigor o que perde em riqueza. “Sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo, o conhecimento científico é um conhecimento desencantado e triste” (1997, p. 32). Como sublinhado por este autor a superação de dicotomias e a revalorização dos estudos humanísticos colocam “a pessoa, enquanto autor e sujeito do mundo, no centro do conhecimento” (Santos, 1997, p. 44). Apesar das guinadas e tendências compiladas por Santos perduram com insistência no seio das abordagens científicas a exclusão e o desinteresse pelo conhecimento humano e a conscientização. Rompendo, porém, com este hiato pesquisadores de diferentes disciplinas têm se esforçado em focalizar o sujeito do conhecimento em seus estudos. Neste quadro perfilam autores como Touraine (1984) ratificando “a valorização do sujeito e da consciência” (p. 66) e enfatizando o “regresso” do ator “porque este nem sempre está ausente da sociologia” (1984, p. 32), Por seu turno,

Alain Badiou, utilizando-se das diretrizes e dos meandros filosóficos, a partir de suas conferências, publica em 1994 o livro intitulado “Para uma Nova Teoria do Sujeito”. Na mesma direção, Eagleton, em sua obra “As Ilusões do Pós-moderno” (1996), dedica um capítulo aos “Sujeitos” acentuando, entre outras distinções, que “o sujeito pós-moderno, diferentemente de seu ancestral cartesiano, é aquele cujo corpo se integra na sua identidade”. O condicionamento eliminatório imposto pelas ciências sociais ao indivíduo não impediu que a perspectiva humanística, uma geografia simpática “com os homens e os grupos humanos” (Herin, 1992, p. 59) e interessada em esclarecer “os fenômenos do mundo vivido geográfico de cada indivíduo” (Nogué i Font, 1992, p. 88) perseguisse como tarefa primordial o “objetivo do humanismo do século XX”, qual seja o de “resgatar de novo o homem situando-o no centro de todas as coisas, como produtor e produto de seu próprio mundo” (Ley and Samueis, 1978). Tradicionalmente, como expresso por Nogué i Font (1992, p. 88) todas as “facetas da relação do ser humano-entorno” foram excluídas e repelidas das pesquisas científicas por não serem “facilmente observáveis, demonstráveis e quantificáveis”. No entanto, a corrente, afiliada ao humanismo, extrapola as fronteiras cartesianas incorporando o estudo das humanidades na leitura abrangente de temas geográficos (Tuan, 1985). Tal disciplina, por conseguinte, centrada no estudo da ação, da imaginação, no entendimento, nos devaneios, sofrimentos, alegrias e sonhos dos seres humanos a respeito de suas próprias geografias projeta-se, assim, como “anticientífica, antipositivista e antirreducionista”. *“Anticientífica porque a sistematização do pensamento humano opõe considerar outras verdades como as demonstradas pelas leis científicas”*. Antipositivista porque considera que os universos dos seres humanos “não podem ser estudados segundo fórmulas matemáticas e antirreducionistas (Bertrand, 1992, p. 69). A geografia humanística, uma alternativa ao cientificismo e ao positivismo, buscando entender os sentimentos e os símbolos humanos apropriou-se de elementos da noção fenomenológica do mundo vivido (lebenswelt) reconsiderando e vestindo à sua maneira os conceitos de espaço e lugar.

Neste ponto, cabe salientar, dentre os diversos textos desenvolvidos pelos geógrafos da ala humanística, a densa e exuberante galeria de experiências geográficas registrada nos fecundos escritos de Yi-Fu Tuan. Na mesma trilha, em meio a um amplo leque de enfoques individuais, sobressaem, entre outros, autores

como Anne Buttimer, Edward Relph, David Seamon e David Ley. Finalmente, convém ressaltar, o estudo da dimensão simbólica pessoal e/ou dos grupos sociais com seus dilemas, paradoxos, afeições e dramas da vida constitui-se em uma tarefa extremamente árdua para ser desenvolvida. Os geógrafos do horizonte humanístico não lidam com aspectos precisos/certinhos/concretos. A empreitada, como escreveu Tuan, em sua obra de 1989, pode ser apoiada nos exemplos selecionados para enriquecer e clarificar a pesquisa. Mas, “por exemplo, não é uma prova”, afirma o provérbio ídiche. Tuan (1989, p. X) prefere, então oferecer os seus argumentos como uma conversa, sabendo que, neste diálogo, o interlocutor pode ter outros exemplos ou interpretações.

BIBLIOGRAFIA

BADIOU, A. (1994) Para uma nova teoria do sujeito. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

BECKER, H. (1993) Métodos de pesquisa em ciências sociais.

BERTRAND, C.G. (1992) La cognición dei paisaje en ia cultura china. La pintura de paisaje: punto de encuentro entre ei mundo occidental y oriental. In: BALLESTEROS, A Geografía y humanismo. Barcelona, Oikos-tau.

BUTTNER, A . (1985) Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) Perspectivas da geografia. São Paulo, DIFEL.
CORRÊA, R. L. (1986) Região e organização espacial. São Paulo, Editora Ática.

EAGLETON, T. (1996) As ilusões do pós-modernismo. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

HERIN, R. (1992) Las dimensiones personales de la geografía social. IN: BALLESTEROS, A. Geografía y humanismo. Barcelona, Oikos-tau.

LEY, D. and SAMUELS, M. S. (1978) Humanistic geography: prospects and problems. London, Croom Heim.

NOGUÉ 1 FONT, J. (1992) El-paisaje existencial de cinco grupos de experiência ambiental. Ensaio metodológico. IN: BALLESTEROS, A . Geografía y humanismo. Barcelona, Oikos-tau.

MAFFESOLI, M. (1997) A transfiguração do político - a tribalização do mundo. Porto Alegre, Editora Sulina.

MELLO, J.B.F. de. (1990) Geografia humanística: a perspectiva da experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, IBGE, 52(4) 91-115.

MELLO, J.B.F. de. Dos espaços da escuridão aos lugares de extrema luminosidade: o universo da estrela Marlene como palco e documento para a construção de conceitos geográficos. Tese de doutoramento em fase de elaboração.

MONTEIRO, C.A F. (1988) Travessia da crise (tendências atuais na geografia). Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, JBGE, 50 (nº especial).

PLEKI-LANOV, G. (1980) O papel do indivíduo na história. In: A concepção materialista da história. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

RELPH, E. (1981) Rational landscapes and humanistic geography. London, Croom Heim.

SANTOS, B. S. (1997) Um discurso sobre as ciências. Porto, Portugal, Edições Afrontamento.

TOUR.AINE, A. (1984) O retorno do actor. Lisboa, Instituto Piaget.

TUAN, Y-F. (1985) Geografia humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A (org.) Perspectivas geografia. São Paulo, DLFEL, 143-164.

TUAN, Y-F. (1989) Morality and imagination - paradoxes of progress. Madison: The University of Wisconsin.

TUAN, Y-F. (1996) Cosmos and hearth: a cosmopolite's viewpoint. The University of Minnesota.